



PROCESSO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1711.01/2025-INEX

O Sr. Francisco Orécio de Almeida Aguiar, Agente de Contratação do Município de MUCAMBO, conforme solicitação do Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação, vem abrir Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação para a AQUISIÇÃO DE LIVROS INCLUISIVOS DO PROJETO "O MUNDO DO THEO" POR MEIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MUCAMBO/CE.

1. DA JUSTIFICATIVA

A rede municipal de educação do município de Mucambo-CE é gerida pela Secretaria Municipal de Educação, que tem como missão garantir o acesso, a permanência com sucesso na escola e o desenvolvimento da Educação Inclusiva. A visão da secretaria é ser uma referência pela qualidade e excelência dos serviços educacionais prestados.

Desde a implementação do projeto no ano anterior, as unidades escolares relataram diversos avanços significativos no ambiente pedagógico e no desenvolvimento das crianças. Entre os principais resultados observados, destacam-se:

Melhora no comportamento socioemocional dos estudantes.

Os professores identificaram maior capacidade das crianças em lidar com sentimentos, desenvolver empatia, reconhecer emoções e resolver conflitos de forma positiva. O conteúdo acessível dos livros facilitou conversas importantes sobre respeito, diversidade e convivência harmoniosa.

Fortalecimento da cultura de inclusão no ambiente escolar.

As narrativas dos livros apresentaram-se como ferramentas fundamentais para promover o respeito às diferenças e a valorização de crianças com deficiência. As escolas relataram que os estudantes passaram a demonstrar atitudes mais acolhedoras, solidárias e conscientes quanto ao papel de cada um na construção de uma comunidade escolar inclusiva.

Engajamento significativo de professores e alunos.

O formato lúdico e ilustrado dos livros aumentou o interesse das crianças pelas atividades propostas, facilitando o trabalho pedagógico. Professores destacaram que o material ajudou a enriquecer as aulas, proporcionando debates, dramatizações, rodas de conversa e projetos interdisciplinares.

Participação positiva das famílias.

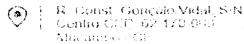
A abordagem leve e didática do projeto estimulou o diálogo entre escola e família. Muitos responsáveis relataram que as crianças passaram a conversar em casa sobre temas de inclusão, diversidade e respeito, demonstrando que o conteúdo ultrapassou o espaço escolar.

Contribuição para o desenvolvimento integral das crianças.

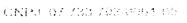
Além de favorecer a aprendizagem cognitiva, os livros apoiaram a formação ética e cidadã dos estudantes, aspectos fundamentais previstos pela BNCC. O material contribuiu diretamente para a construção de competências socioemocionais essenciais na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental.

Diante dessa experiência bem-sucedida e comprovadamente efetiva, torna-se necessária a continuidade e ampliação do uso dos livros do projeto "O Mundo do Theo", a fim de alcançar um número ainda maior de crianças e fortalecer as práticas inclusivas já instauradas no município. A renovação da aquisição evita a

9 (88) 3654-1133 @ prefeituramucambo@gmsthcom : 1 www.mucambo.ce.gov.br













interrupção de um trabalho reconhecido pelas escolas e pela comunidade escolar como transformador e alinhado às metas educacionais da rede municipal de Mucambo.

Assim, a nova aquisição configura-se não apenas como uma reposição de material didático, mas como uma estratégia pedagógica fundamentada em resultados concretos, garantindo a manutenção de ações que impactam positivamente o desenvolvimento das crianças e o fortalecimento da educação inclusiva no município.

Portanto, a aquisição de livros didáticos é vital para a manutenção e melhoria contínua do padrão educacional na rede municipal de educação especialmente considerando que esse material já vem sendo utilizado no município e apresentando resultados amplamente satisfatórios.

Pelo exposto, pautado no princípio da legalidade, instaurou-se este Processo de Inexigibilidade de Licitação com o escopo de a empresa MULTIPLA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 49.341.168/0001-50. De certo, nesses casos, a realização de procedimento licitatório viria tão somente sacrificar o interesse público, razão pela qual o legislador concedeu ao administrador a faculdade de não realizar o certame nas situações expressamente autorizadas pela lei.

Nesse passo, é de se concluir que, em se tratado de contrato administrativo, a inexigibilidade deve ser exceção à regra, autorizada somente nas hipóteses previstas pela lei. Na utilização de algumas das hipóteses, em atenção ao cumprimento do princípio da motivação consubstanciado no dever de o administrador público deverá justificar seus atos apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato em consonância com a lei que lhe serviu de arrimo.

Pelo exposto, pautado no princípio da legalidade, instaurou-se este Processo de Inexigibilidade de Licitação com o escopo de a empresa MULTIPLA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 49.341.168/0001-50. De, como contratado neste procedimento administrativo, conforme instrumento de contrato acostado aos autos.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação através de Inexigibilidade de Licitação encontra amparo no Artigo 74, inciso I, da Lei Federal 14.133/2021, onde a empresa em aparato possui exclusividade de comercialização dos produtos qualificados tornando inviável a competição.

A presente justificativa objetiva atender dispositivo legal que respalde a Contratação por Inexigibilidade de empresa, detentora de exclusividade de comercialização de produtos, em conformidade a hipótese indicada no art. 74 da lei Federal 14.133/2021 e suas alterações:

> Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

> I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;



Mucambo - Cf



No sentido dessa *excepcionalidade*, a doutrina constitucional pátria é copiosa e uníssona. Por isso mesmo, é assimilável quando explicitamente assenta-se que essas situações *excepcionais* que afastam a obrigatoriedade do procedimento licitatório estão contempladas na lei 14.133/21, conforme já exposto.

A informação da operosa Secretaria interessada, literalmente, chama à colação ao pré-falado art. 74 (*ipsis verbis*), atinente a *inviabilidade de competição*. O foco dessa disposição é, todavia, restrito à comprovação da inviabilidade de competição tratada que se traduz pelo obvio fato de que a empresa: MULTIPLA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 49.341.168/0001-50, detém exclusividade de fornecimento para os itens de interesse a serem adquiridos pelo município. Isto posto, num elastério de fácil fundamentação hermenêutica — dada, repita-se, a inequívoca taxatividade da enumeração legal — se faz abarcar pela norma a presente situação, consubstanciada pela demonstração da *inviabilidade de competição* na forma exigida pela lei.

Frisa-se, que em vários casos a linha para definir se deve haver ou não a contratação direta é bastante tênue, porém o Administrador ao estudar o caso concreto posto sob sua responsabilidade e deverá utilizar um juízo de valor para verificar se há ou não uma subsunção entre a realidade e a norma de exceção contida na Lei n.º 14.133/21, bem como voltar sua atenção para os princípios constitucionais e legais que envolvem o caso. Sendo certo, *a priori*, entendo que o procedimento que se pretende, será deflagrado corretamente.

Nesse sentido, é a lição da Professora Fernanda Marinela, in verbis:

"Ressalte-se, ainda, que a contratação direta, sem a realização de licitação, não é sinônimo de contratação informal, não podendo a Administração contratar quem quiser, sem as devidas formalidades, o que é denominado procedimento de justificação, previsto no art. 26 da lei. Visando impedir a fraudulenta utilização dos dispositivos que autorizam a contratação direta, o administrador deverá cumprir alguns requisitos." (Marinela, Fernanda. Direito administrativo. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013. Página 366)

Não obstante, insta observar o que dispõe o dispositivo que excepciona a licitação mediante procedimento de inexigibilidade, obviamente, quando se tratar de situação, cuja demanda a ser atendida, guarde conformidade com o prescrito na norma legal.

A inexigibilidade pressupõe inviabilidade de competição, por constituir questão de ordem fática, que independe da vontade do legislador.

"Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível; não é obrigatório ou compulsório. JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição".







Ademais, quando não pudessem ser tipificado o caso com base nos incisos do art. 74 o seriam como base no caput do mesmo artigo, posto que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Neste diapasão, a celebração do contrato, por inexigibilidade de licitação é legal, não afronta os princípios reguladores da Administração Pública, e neste caso é absolutamente necessária.

3. RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A MULTIPLA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 49.341.168/0001-50 Detém ampla experiência no fornecimento de livros didáticos voltados ao ensino público, além de ser fornecedora exclusiva e ter tido as coleções anteriormente avaliada por corpo técnico da Secretaria de Educação, conforme o edital da chamada pública nº 1010.01/2025-CHP.

A escolha do material consolida-se com a análise dos materiais disponíveis juntamente com os profissionais da área incluindo a secretaria e as escolas.

A escolha recaiu na empresa, De, por ser a única que comercializa o objeto deste procedimento em todo Estado, inclusive em território nacional, portanto, detentora de exclusividade absoluta, consoante Declaração fornecida e que a empresa está habilitada a comercializar as obras.

Nesse sentido, a Advocacia Geral da União, pelo Parecer GQ-89, análogo ao caso em exame, deixou consignado:

"Verificada, no campo técnico, a inviabilidade de competição, fundamentada na impossibilidade de coexistência de equipamentos de mais de um fornecedor, impõe-se, no campo jurídico, o reconhecimento das inexigibilidades de licitação (art. 25, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993)." (DOU de 17.11.96, p. 18.465)

Ainda, segundo a definição dada por Diógenes Gasparini, "É circunstância encontrada no bem que se deseja adquirir, e por esse motivo obsta o certame licitatório a qualidade de ser único ou singular." (Direito Administrativo, 4ª ed., São Paulo, Saraiva: p. 316).

4. JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor global da aquisição importa na quantia de R\$ 329.567,000 (trezentos e vinte e nove mil quinhentos e sessenta e sete reais).

As quantidades, os produtos e valores unitários, serão adquiridos em conformidade com a tabela abaixo. Sem prejuízo as imposições contratuais e do termo de referência.

ITEM	마음 가장 하는 사람들은 아니라 가는 아니라 하는 아니라 하는 사람들이 되었다. 그는 사람들이 되는 사람들이 되었다.	STATE OF STATE	-QUAN -		VALOR TOTAL
1	O MUNDO DO THEO (Contém 1 livro do aluno, um livro da família, e a cada 25 kits do aluno é entregue um livro para o professora com acesso á formação EAD)	KIT	1134	R\$ 161,00	R\$ 118.306,00
2	O FANTASTICO NAVIO DO CAPITÃO THEO (Contém 1 livro do	KIT	913	R\$ 161,00	R\$ 146.914,00







	74 197
aluno, um livro da família, e a cada 25kits	
do aluno é entregue um livro para o	
professora com acesso á formação EAD)	

5.0. DOS RECURSOS FINANCEIROS

A despesa ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no respectivo orçamento municipal, em compatibilidade e adequação com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, e recursos do próprio município, oriundo das seguintes dotações:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501.12.3611203.2.017

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00

Mucambo – CE, 17 de novembro de 2025.

Francisco Orécio de Almeida Aguiar AGENTE DE CONTRATAÇÃO



